

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS

TERRITÓRIO DOS CARNAUBAIS

PIAUÍ - 2006.

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTAVEL – PTDRS (MDA / CEPAC)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luis Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

Miguel Soldatelli Rosseto

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Humberto Oliveira

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Wellington Barroso de Araújo Dias

COORDENAÇÃO TÉCNICA

CEPAC – Centro Piauiense de Ação Cultural.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	10
1. METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	10
CAPÍTULO II	12
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DOS CARANAUBAIS	12
2.1. Características Gerais	12
2.2. Características Histórico-Culturais	16
2.3. Características Fisiográficas e Ambientais	16
2.4. Características Socioeconômicas	18
2.5. Características Político-institucionais	20
CAPÍTULO III	21
3. VISÃO DE FUTURO	21
4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	22
4.1. Dimensão ambiental	22
4.2. Dimensão sociocultural	23
4.3. Dimensão econômica	26
4.4. Dimensão Político-Institucional	28
4.5. Eixos econômicos estratégicos	29
5. ÁREAS DE RELEVANTES INTERESSES COLETIVOS	33
6. PROJETOS PARA O TERRITÓRIO	35
7. BIBLIOGRAFIA	37
8. ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui - se no **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do Território dos Carnaubais**, versão preliminar, resultante do processo participativo de planejamento do desenvolvimento do Estado do Piauí.

A concepção básica que conduziu à elaboração do plano é o Desenvolvimento Territorial. Por *território* entenda-se

... um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam a identidade e coesão social, cultural e territorial” (CONDRAF/NEAD – 2003).

O planejamento do Desenvolvimento Territorial no Piauí tem início em 2003 com a proposta dos *Cenários Regionais* enquanto proposta de regionalização para o desenvolvimento e de implementação de políticas públicas, através de ação integrada de planejamento participativo.

Até então, prevalecia a regionalização em macrorregiões baseadas nas características dos biomas predominantes no estado que são: **1- Litoral; 2- Meio Norte; 3- Semi-Árido; 4- Cerrado.**



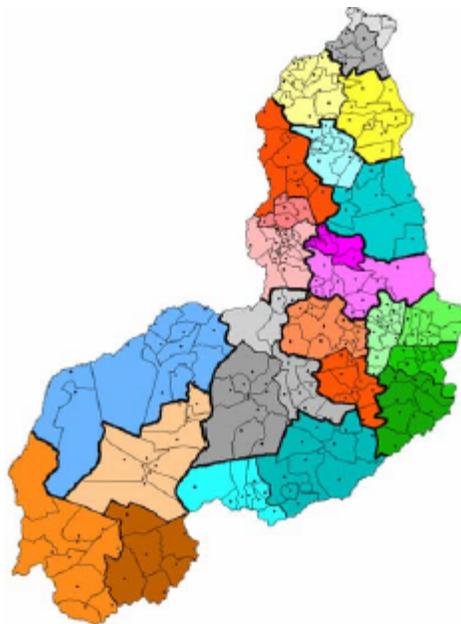
A Secretaria Estadual de Planejamento foi a proponente em parceria com a CODEVASF/PLANAP e Secretaria de Desenvolvimento Rural/PRONAT da estratégia de mapeamento do estado em territórios 11 territórios de desenvolvimento e 27 aglomerados de municípios. Os 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado são: **1- Planície Litorânea; 2- Cocais; 3- Carnaubais; 4- Entre Rios; 5- Vale do Sambito; 6- Vale do Guaribas; 7- Vale do Canindé; 8- Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras; 9- Serra da Capivara; 10- Tabuleiros do Alto Parnaíba; 11- Chapada das Mangabeiras.**



Para consolidar a abordagem que permitisse a efetiva participação dos atores sociais dos municípios, foram mapeados dentro dos territórios, Aglomerados de Municípios, com

realidades semelhantes no que se refere a: aspectos sócio-culturais, vocações produtivas, fluxos de relacionamento pela infra-estrutura e serviços disponível como estradas, transportes, serviços bancários, de saúde, de educação. Os aglomerados possibilitam a realização de eventos com participação mais diretas dos atores locais, saindo dos aglomerados as representações escolhidas democraticamente para as decisões territoriais.

27 aglomerados de municípios no estado:



A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, parceira do desenvolvimento territorial no estado, tem desenvolvido ações através da estratégia de *apoio ao desenvolvimento territorial* que buscam aprimorar as capacidades e habilidades dos atores para gestão compartilhada do desenvolvimento, dentro dos princípios da *Gestão Social* cujos macroprocesso implicam: Planejamento, Organização e Controle Social.

Nessa conjuntura, o planejamento do desenvolvimento rural voltado para o território, deriva da *necessidade de articulação de políticas públicas, da formação de parceria para viabilizar o alcance de objetivos maiores das políticas públicas para o meio rural, potencializando resultados e reduzindo desperdícios vinculados à superposição e à dispersão de esforços.*

Assim, o PTDRS tem como proposta o desenvolvimento integral do território, projetando ações necessárias para seu *desenvolvimento sustentável*, entendido como um

processo para dentro e para fora do território, que busca a melhoria da qualidade de vida, a equidade social, o aumento da eficiência econômica e a conservação ambiental, sendo resultante de consensos compartilhados dos atores sociais e do Estado, nas decisões tomadas no processo dinâmico do planejamento participativo de um futuro comum.

O CEPAC – Centro Piauiense de Ação Cultural, ONG Articuladora, já atua no Território há 24 anos com programas de desenvolvimento rural sustentável com foco em Agroecologia. Com o propósito de ser mediador das populações locais, em especial das que habitam o Território dos Carnaubais, semi-árido piauiense, que o CEPAC no trienal 2006 – 2008 reafirmou, juntamente com o público parceiro de sua ação, a missão de ***Contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, especialmente pela promoção da cidadania das classes populares, de modo a avançar para um estilo de convivência humana, ecologicamente sustentável, socialmente digno e justo, politicamente democrático e culturalmente aberto às diferenças na igualdade das relações de gênero, raça e etnia.***

As diretrizes institucionais reafirmam a posição política do CEPAC de ser um centro de assessoria voltado para a defesa e promoção do desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, a partir da construção do conhecimento agroecológica com as famílias de agricultores e agriculturas familiares; volta-se ainda para o fortalecimento das organizações da sociedade para a gestão social das políticas públicas, aumentando a capacidade de diálogo, articulação e negociação dos interesses coletivos.

Com essas diretrizes, o CEPAC desde 2003 tem ampliado seu âmbito de atuação através da estratégia político-metodológica do trabalho em rede e da participação direta nos conselhos estaduais e nacionais. A postura combativa e denunciadora contra os esquemas de negação da vida humana e da cidadania, aliada à implementação de projetos produtivos que têm favorecido o empoderamento de famílias agricultoras e o fortalecimento de suas identidades, são as linhas de ação adotadas enquanto instrumento de luta por políticas públicas que garantam o acesso à terra, à água de beber e de produzir, aos financiamentos adequados ao fortalecimento da agricultura familiar, à educação e saúde dignas, sendo os homens e mulheres historicamente excluídos, os protagonistas dessa construção.

Com as concepções acima, o CEPAC apresenta, ainda em caráter de versão preliminar o presente documento que possui a seguinte estrutura:

Capítulo 1 – aspectos metodológicos do planejamento com descrição das etapas realizadas para construção do PTDRS.

Capítulo 2 – caracterização do território, onde são apresentados elementos de diagnóstico nas dimensões sócio-cultural, político-institucional, ambiental e econômica, bem como problemas e potencialidades.

Capítulo 3 – apresentação da visão de futuro desejada para o território e eixos aglutinadores do plano; programação para o desenvolvimento com Diretrizes e Linhas de Ação, Projetos Específicos.

CAPÍTULO I

1. METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O processo participativo de construção do PTDRS do Entre Rios teve nas Conferências das Cidades o primeiro momento de sensibilização e mobilização dos agentes territoriais.

A partir dessas conferências que levantaram as principais demandas, potencialidades e obstáculos para o desenvolvimento sustentável do estado, a SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento, juntamente com a Secretaria das Cidades, A Secretaria de Desenvolvimento Rural e o CEDERPA – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, mapearam os 11 (onze) territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí que por sua vez se subdividem em 36 aglomerados de municípios.

Em 18 de setembro de 2003, uma resolução do CEDERPA reconhece cinco territórios – Entre Rios, Carnaubais, Serra da Capivara, Vale do Rio Guaribas e Alto Parnaíba - como prioritário para a atuação do PRONAT – Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais, de acordo com os critérios definidos pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. ONGs foram escolhidas em oficinas territoriais para atuarem como articuladoras do processo de sensibilização, mobilização e articulação institucional para o diagnóstico e planejamento dos territórios rurais.

Nesse mesmo período um outro processo de planejamento já estava em andamento no estado, era a construção do PLANAP – Plano de Desenvolvimento da Bacia do Rio Parnaíba, numa ação conjunta entre CODEVASF e SEPLAN.

A característica específica do PRONAT, com a demanda de aplicação de recursos anuais para infra-estrutura da agricultura familiar, fez com que os cinco territórios acima citados tivessem um processo de mobilização social diferenciado dos outros territórios não priorizados pelo CEDERPA.

A construção do PTDRS não se fez isolada da construção do PLANAP, fazendo uso de toda a mobilização social e institucional já construída e propondo um modelo de gestão social.

Assim, a metodologia utilizada para a elaboração do PTDRS implicou inicialmente a imersão dos articuladores/as territoriais nos municípios que compõem o território com os objetivos de apresentar o programa, fazer os primeiros contatos institucionais e escolher de forma participativa os representantes dos municípios para as oficinas de território.

Cada município apresentou quatro representantes sendo dois do Poder Público – Prefeitura e Câmara de Vereadores e dois da Sociedade Civil – Sindicato de Trabalhadores Rurais e outra entidade do movimento social.

Todos os representantes municipais compõem o colegiado territorial que por sua vez se organiza em Núcleo Diretivo – composto por dois representantes da sociedade civil e dois do poder público escolhidos por aglomerado de município; e Núcleo Técnico – composto por profissionais das várias áreas de conhecimento e indicados pelo colegiado.

Durante as oficinas de territórios, oficinas estaduais, visitas técnicas aos municípios, foram construídos os caminhos de aproximação da realidade de nossos municípios rurais. A sistematização do Estudo Propositivo para a dinamização econômica dos territórios condensou dados secundários que facilitaram uma maior visualização das potencialidades e limitações do desenvolvimento da agricultura familiar, aqui entendida enquanto diretriz estratégica para a construção de um novo modelo de desenvolvimento capaz de compatibilizar geração e distribuição de riqueza, equidade social e respeito ao meio ambiente, através de processos participativos de construção e/ou fortalecimento da gestão social.

Assim sendo, o caminho metodológico de construção do PTDRS faz deste um produto dinâmico por estar em constante reelaboração. Por não ser só um produto, mas também a sistematização de um processo, o envolvimento dos agentes territoriais com a elaboração do PTDRS tem permitido compreender cada vez mais a complexidade dos territórios piauienses, e também tem desafiado a criatividade no sentido da construção de propostas viáveis e que tenham uma intervenção multidimensional no território.

CAPÍTULO II

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DOS CARANAUBAIS

2.1. Características Gerais

O Território dos Carnaubais foi oficializado enquanto território de desenvolvimento do Piauí em 18 de setembro de 2003, através de resolução do CEDERPA – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola. Inicialmente composto pelos municípios de Alto Longa, Assunção do Piauí, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Cocal da Telha, Coivaras, Jatobá do Piauí, Juazeiro do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Novo Santo Antônio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio e Sigefredo Pacheco, esse território, durante o processo de diagnóstico participativo redefiniu sua composição retirando Alto Longa e Coivaras, uma vez que os dois municípios se identificam com o Território Entre Rios. Assim em sua nova composição o território conta com 16 municípios¹.

Segundo o Estudo Propositivo*² a agricultura familiar, caracterizada pelas lavouras temporárias constitui-se na principal atividade econômica da população do território de **Carnaubais**. As culturas de arroz, feijão, milho e mandioca são predominantes, caracterizando uma dinâmica de subsistência, sendo que parte da produção da agricultura é anualmente perdida com o fenômeno da seca verde (veranicos extensos após o plantio das lavouras), configurando-se um quadro de dificuldade para economia familiar. O Território apresenta significativa produção de feijão que é comercializada para o Ceará, com beneficiamento insuficiente para agregar valor comercial ao produto.

¹ Para efeito desse estudo, tentar-se –á destacar os 16 municípios reconhecidos pelo colegiado territorial. Entretanto, alguns mapas e tabelas ainda apresentarão Alto Longa e Coivaras uma vez que a redefinição desses mapas e a reconstrução das tabelas e os dados secundários são tarefas a serem aperfeiçoadas pelo Núcleo Técnico. Vale ressaltar que as análises apresentadas e as proposições são fiéis à dinâmica territorial e a suas particularidades.

² O estudo Propositivo constitui-se num *subsídio para debates, que conduzirão aos planos e projetos de desenvolvimento rural sustentável para o território Carnaubais. Apresenta um perfil sintético dos principais aspectos sócio-econômicos do Território, com base no levantamento dos dados secundários que enfatizam aspectos do ponto de vista social, econômico e da agricultura família.r*

As frutas das regiões secas do nordeste, nativas, pela capacidade de armazenarem de água nas raízes tuberosas, produzem frutos saborosos e nutritivos, considerados como ricas fontes de vitaminas, e que estão integradas aos hábitos alimentares das pessoas e dos animais que povoam essa região. São na verdade, árvores com múltiplas e importantes utilidades. A maior importância dessas frutas está atualmente no aspecto do aproveitamento econômico em termos de industrialização pelas comunidades rurais. No território dos Caraubais, a atividade da cajucultura é responsável por significativa parte da renda dos agricultores na época da safra. A produção de “cajuína”, bebida não-alcoólica, tipicamente piauiense, agregado à produção de doce, licor e geléia, contam com produção crescente. A coleta dessa fruta (na safra) é responsável pela absorção de mão-de-obra e geração de renda das famílias de agricultores familiares no território, sendo a castanha o produto de maior valor comercial.

A criação de gado, tradicional atividade da região, vem sendo substituída pela criação de pequenos animais em sua maioria caprinos e ovinos. Embora apresente importância social e econômica no Piauí, no território de Caraubais a ovinocaprinocultura convive ainda com baixa taxa de desfrute do rebanho, consequência do baixo uso de tecnologia e insuficiente assistência técnica. A aplicação de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo adequados e aliados à implantação de infra-estrutura básica de produção concorrerá, de forma efetiva, para transformar o atual sistema de agricultura familiar de subsistência em uma atividade familiar economicamente rentável e ambientalmente sustentável, desde que parta de uma melhor compreensão sobre as experiências empíricas das famílias que praticam essa atividade, obtendo melhores resultados práticos.

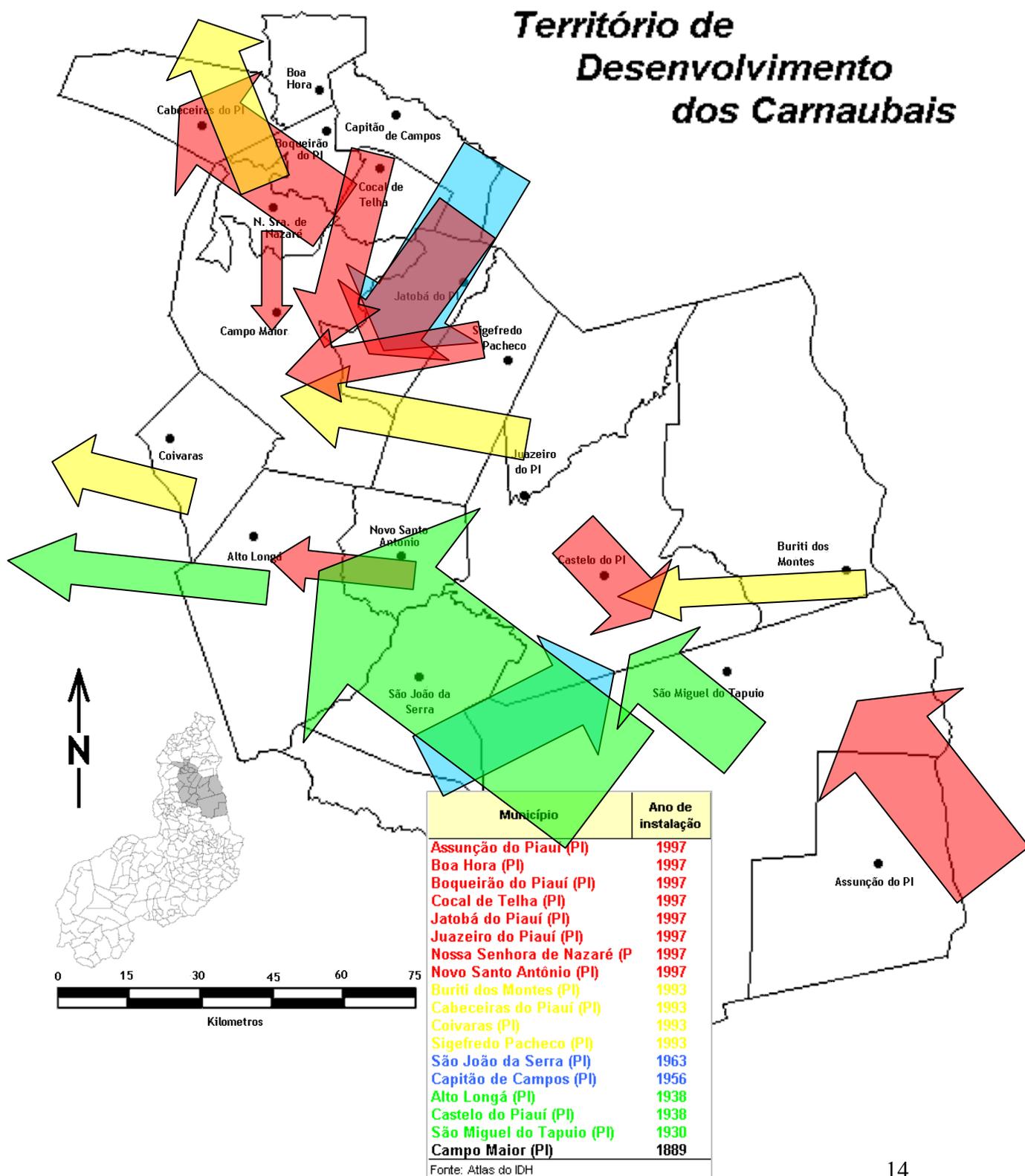
A renda familiar ainda é complementada pelo extrativismo vegetal, notadamente a carnaúba (cera e pó), assim como madeira para geração de energia (lenha e carvão).

A caatinga típica da região, apresenta inúmeras espécies de capins e outras madeiras utilizadas para a confecção de artesanato. O extrativismo vegetal e mineral no Território tem potencial para agregar valor aos produtos artesanais produzidos pelas comunidades rurais, podendo ocupar valor de destaque no complemento da renda familiar.

Os municípios de Castelo do Piauí, Assunção do Piauí, Buriti dos Montes e São Miguel do Tapuio apresentam um potencial para a atividade do turismo rural, turismo de

aventura, ecoturismo e o turismo arqueológico, sendo, desta forma um segmento da economia importante para as atividades não agrícolas, no contexto do desenvolvimento rural sustentável. Hoje, o turismo religioso é praticado, principalmente nos festejos religiosos, com destaque para as romarias à Pedra de Castelo onde o misticismo, a religiosidade e a fé no poder milagroso das almas atraem inúmeros turistas.

Criação dos municípios no Território de Desenvolvimento dos Carnaubais



2.2. Características Histórico-Culturais³

O Território dos Carnaubais tem sua história marcada por importantes acontecimentos de luta e resistência como a Batalha do Jenipapo (13 de março de 1823), que recebeu esse nome por ter acontecido às margens do rio de mesmo nome. Este acontecimento de luta pela independência do Brasil da dominação portuguesa marca a adesão do Piauí a essa causa.

Quanto à origem e processo de formação do Território, os municípios dos aglomerados 5 e 6, remontam suas origens aos séculos XIII e XVII, a partir de Castelo do Piauí e Campo Maior, este último oriundo de fazendas de gado, elevando-se à categoria de vila em 1761, com o nome de Campo Maior graças aos extensos campos de carnaubais, sendo elevado à categoria de cidade somente em 1836. Dos municípios que compõem esse território, conforme o mapa acima, seis foram desmembrados a partir de Campo Maior. Os outros dez são oriundos de Barras, São Miguel do Tapuio, Castelo do Piauí, Alto Longá e Piracuruca.

Quanto aos aspectos econômicos, o Território desenvolve atividades de grande relevância para a economia regional e para o Estado do Piauí, principalmente exploração da carnaúba, pecuária (com bovinocultura de corte, produção de carne-de-sol e criatório de caprino e ovino), exploração de pedra ornamental, de calcário e produção de castanha de caju.

2.3. Características Fisiográficas e Ambientais

O Território dos Carnaubais ocupa uma área de 17.698,14 Km², equivalente a 7,03% da área territorial do Estado. A maior área territorial está nos municípios de São Miguel do tapuio (5.222,05 Km²) e Buriti dos Montes (2.652,1 Km²) e a menor nos municípios de Boqueirão do Piauí (281,2 Km²) e Cocal de Telha (322,1 Km²).

³ Fonte: adaptado de *Almanaque Vale do Paraíba 2004-2005, CODEVASF /PLANAP – Plano de desenvolvimento da Bacia do Parnaíba – 2006.*

O quadro a seguir apresenta um resumo das principais características fisiográficas e ambientais do território:

Relevo	Planalto da Ibiapaba, predominando os relevos de topos planos, com amplos interflúvios modelados nos arenitos da formação Serra Grande
Principais rios, barragens, açudes e lagoas	Principais rios e lagoas Rio Poti, que abre uma garganta com desnível de cerca de 300 m. Longá, Correntes, Macambira, Jenipapo, Surubim, Maratoan, Acaraú.
Temperatura	temperatura Temperatura mínima anual variando de 21 °C e máxima anual de 40 °C
Clima	Clima Semi-árido quente, com seis meses secos. A precipitação média anual está entre 800 mm e 1.000 mm, com maior concentração nos meses de janeiro a março evaporação A evaporação média anual varia de 1.425 mm a 1.710 mm, acentuando-se nos meses de setembro a novembro Umidade relativa Subúmido, com moderado excesso de água Insolação A insolação média anual é de cerca de 3.000 horas/ano, sendo mais acentuada de julho a outubro.
Água subterrânea	Água subterrânea A formação Serra Grande é o principal sistema aquífero da região, com maior potencial para o artesianismo. Sistema intergranular. O potencial hídrico varia de muito fraco a fraco.
Geologia	Geologia Cuesta da Serra Grande – apresenta uma morfologia dissimétrica, condicionada por estruturas monoclinais que lhe imprimem um caráter cuestiforme. Coberturas areno-argilosas, com solos profundos, textura média, permeáveis, ditos latossolos amarelos álicos e areias quartozas álicas <i>Formação Cabeça – formada de arenito creme-avermelhado, médio a grosseiro. Leitões espessos com estratificação cruzada.</i> <i>Formação Pimenteira – formada de folhelhos e siltitos marrons, cinza-escuros e pretos micáceos em níveis de cólitos piritosos com intercalações de arenitos, principalmente no topo.</i> <i>Formação Longá – caracterizada por áreas deprimidas da região de Campo Maior, constituídas por uma extensa depressão, contendo áreas</i>

	<i>alagadiças resultantes da impermeabilidade das seqüências eminentemente pelíticas.</i>
Vegetação	Área de transição entre cerrado e caatinga, com predominância das áreas de caatinga arbustiva e arbórea no aglomerado 6. No aglomerado 5 predominam áreas de parque/cerrado e parque/cerradão.
Unidade de conservação	RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) – Marvão, em Castelo do Piauí. Fazenda Boqueirão com 5.096 ha. Criado pela Portaria (IBAMA) no 42 de 10/08/2000.

Fonte: adaptado de CPRM/MME; EMBRAPA; IBGE; INMET; ZEE Médio Parnaíba/MMA, 2002 – PLANAP 2006.

2.4. Características Socioeconômicas

A população residente no território totaliza 132.370 habitantes, o que equivale a 4,6% da população total do Estado do Piauí. Os municípios de maior população residente são Campo Maior (43.126) e São Miguel do Tapuio(18.808) e os de menor população residente são Novo Santo Antonio (3.155) e Nossa Senhora de Nazaré (3.865).

O território é constituído de pequenos municípios com densidade demográfica média de 8%.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) dos municípios do território, nenhum apresenta índices acima de 0,700. Os municípios que apresentam os piores índices são Novo Santo Antônio e Cabeceiras do Piauí com 0,509 e 0,525 respectivamente. Já os municípios de Campo Maior e Capitão de Campos apresentam os melhores índices do território com 0,676 e 0,608 respectivamente.

Analisando os dados isoladamente, o indicador de Renda é o que mais contribui para o baixo IDH-M pois, dos 16 municípios que compõem o território, 14 não atingem índice superior a 0,500 para este componente. Já com relação ao componente da educação observa-se que dois municípios atingem índices acima de 0,700 são eles Campo Maior com 0,750 e Nossa Senhora de Nazaré com 0,708.

O quadro de pobreza deste território é grave, considerando que 65,6% do total de domicílios do território vivem em condições de pobreza. Este dado fica ainda mais relevante quando desagregado. Uma fração representativa do total de municípios que compõem este território vive em situação de pobreza. Dos 16 municípios 12 apresentam índices acima de 60% de domicílios vivendo em situação de pobreza.

Em relação à renda *per capita*, ou seja, a renda total do município dividida pelo número de habitantes de cada município, os municípios de Campo Maior (118,89 R\$/mês) e Assunção do Piauí (74,22 R\$/mês) estão entre os que apresentam melhores indicadores. Os municípios que apresentam os menores resultados sobre a renda per capita são Novo Santo Antônio (42,75 R\$/mês) e Cabeceiras do Piauí (48,03 R\$/mês).

Por fim, numa comparação com dados estaduais sobre índices econômicos, o território representa 3,6% da renda total das pessoas (ainda considerando Alto Longa e Coivaras) e 72,6% em relação à renda per capita mensal, chegando a 0,07% do que se apresenta em todo o estado de Piauí.

Em relação ao Valor Anual Bruto da Produção Agropecuária, o território representa 5,8% do Estado do Piauí.

Em se tratando dos principais indicadores de educação deste território, embora os dados sistematizados datem de 1996, entre os municípios com maiores porcentagens de pessoas, com mais de 15 anos analfabetas estão Assunção do Piauí e Boa Hora. Os que apresentaram menores porcentagens, foram os municípios de Campo Maior e Nossa Senhora Nazaré.

Sobre os responsáveis por domicílios, com menos de 4 anos com frequências escolares, o município com menor índice, ou seja, em melhor condição, é Campo Maior com 57,5%; por outro lado, os municípios de Assunção do Piauí, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Buriti dos Montes, Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio e Sigefredo Pacheco, apresentam os piores índices, todos acima de 80%. Já a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos com matrículas nas escolas, todos os municípios apresentam índices acima de 70%, segundo dados de 1996. Hoje essa estatística se aproxima de 100%.

2.5. Características Político-institucionais.

No que se refere à institucionalização dos poderes da sociedade civil e do estado, há uma diversidade de organizações municipais, estaduais e federais e outras institucionalidades de atuação para além dos municípios, ou seja, com atuação regional e/ou territorial.

No campo da sociedade civil, o Território está constituído de 16 sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores rurais, associações de assentamentos de reforma agrária; existem nos municípios os conselhos de educação, assistência social, saúde, FUMAC, merenda escolar; e ONG de maior relevância são CEPAC e CARITAS . Há a presença das igrejas católicas, evangélicas e manifestações religiosas de umbanda e espiritismo, todas com organizações atuantes. O Território apresenta ainda organizações de mulheres e juventude e movimentos de defesa do meio ambiente. Há organizações dos empreendedores urbanos através das associações comerciais e presença de cooperativas.

No campo governamental, o Território está constituído por 16 Prefeituras Municipais, 16 Câmara de Vereadores e representações diversas de órgãos estaduais (Educação, Saúde, Fazenda, DETRAN, Polícia Militar, UESPI, PCPR, COMDEPI, SEEAB, EMATER, INTERPI, dentre outros) e federais (INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, IBAMA, UFPI, CONAB, SUDENE, DNOCS, INCRA, EMBRAPA, MDA/SDT, Exército, Polícia Rodoviária, dentre outros).

CAPÍTULO III

3. VISAO DE FUTURO

“O território dos Carnaubais está situado na região norte do Piauí, é composto por dois aglomerados e ao todo é composto de 16 municípios.

No aspecto sócio-cultural o território dos Carnaubais possui profissionais de nível técnico e nível superior em diversas áreas do conhecimento; é rico sobretudo na agricultura familiar. A inclusão digital foi um processo longo, mas que atualmente apresenta os resultados com todos os habitantes tendo acesso às tecnologias básicas da informática e dos meios de comunicação em geral. Os espaços de inserção cultural são potencializados para crianças, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade com práticas voltadas para a arte, esporte e lazer. Hoje dispomos de creche para atender as crianças em todos os municípios de forma satisfatória.

No aspecto econômico dispomos de uma excelente malha viária para o escoamento da produção e transporte de qualidade de baixo custo o que garante acesso a toda a população. A eletrificação esta completa, na zona urbana e principalmente na zona rural, já conseguimos usufruir da energia. A uma considerável diversificação de tecnologia voltada para a pesquisa e produção com uma política voltada para o setor primário.

Com relação à dimensão ambiental, dispomos de uma preservação de todas as nascentes dos rios e recuperação dos solos com monitoramento permanente, existe cuidado com a preservação da fauna e da flora, com a criação de diversos parques ecológicos. Atualmente, as escolas possuem disciplinas específicas e obrigatórias sobre a convivência sustentável com o meio ambiente.

Dispomos de uma política agrária permanente aonde o trabalhador e trabalhadora rural tem acesso a terra com assistência técnica eficiente. As instituições governamentais, e não governamentais interagem de forma consensuada cumprindo com seu papel, cada uma dentro de sua especificidade, mas favorecendo o desenvolvimento de todos, com expansão permanente das políticas sociais que vem a satisfazer a população“.

4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

4.1. DIMENSÃO AMBIENTAL

POTENCIALIDADES

- Cânion do rio Poti – atrativo natural, potencial turismo de aventura
- Principais rios: Longá, Surubim, Jenipapo, Poti
- Principais lagoas: Caldeirão, Juazeiro, Mato Escuro, Jenipapeiro
- Principais barragens: Flor do Campo, Jaburu II, Emparedado e Corredores
- Existência de vegetação nativa: babaçu, carnaúba, aroeira, cedro, ipê, angico
- Fauna: onça, cutia, raposa, tamanduá, tatu, veado
- Peixes: surubim, curimatã, mandubé, tilápia
- Exploração de águas subterrâneas (poços tubulares)
- Potencial solar para produção de energia alternativa

ESTRANGULAMENTOS

- Assoreamento dos rios provocado pelo desmatamento e pela ocupação urbana
- Poluição ambiental – resíduos sólidos e líquidos não tratados e solos expostos
- Desrespeito ao período da piracema; ausência de repovoamento dos rios e dos açudes com alevinos
- Açudes contaminados com esgotos, tornando a água imprópria para o consumo humano e animal
- Lixo nas margens dos rios e nas estradas
- Manejo inadequado do solo com o uso de mecanização, agrotóxicos e queimadas
- Poços tubulares explorados desordenadamente
- Órgãos de fiscalização e de elaboração de projetos ambientais com poucos técnicos
- Abastecimento d'água e preservação ambiental não garantidos pelas políticas públicas
- Água comprada pela maioria das famílias
- Uso de redes de pesca com malha fora da especificação permitida
- Fundação Surubim, sociedade civil que atua em defesa do meio ambiente e sem fins lucrativos
- Movimento SOS Rio Poti
- Conselho do meio ambiente atuante

- Ausência de conselhos e secretarias municipais de Meio Ambiente na maioria dos municípios
- Secretarias de Meio Ambiente em alguns municípios e Secretaria de Agricultura em todos
- Legislação ambiental
- Campanhas de educação ambiental nas escolas

4.2. DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

POTENCIALIDADES SAÚDE

- 129 hospitais entre públicos e particulares
- 18 postos de saúde nas zonas rural e urbana
- Farmácia básica em todos os municípios
- Equipes epidemiológicas e de vigilância sanitária
- Laboratório de análises e fabricação de medicamentos naturais (Farmácia Viva)
- Ambulâncias e UTI móvel na maioria dos municípios
- 191 médicos, distribuídos entre diversas especialidades, como pediatria, bioquímico, obstetra, ginecologia, oftalmologia
- 86 enfermeiros, 32 equipes de saúde bucal, 62 equipes do PSF, 352 agentes de saúde, 698 auxiliares de enfermagem
- 5 laboratórios para realização de exames patológicos, citológicos, ultra-sonografia, controle de diabetes
- Realização de exames de prevenção de câncer de cólon
- Laboratórios de análises clínicas
- Equipamentos de Raios-X
- Centros cirúrgicos de média complexidade
- Consultórios odontológicos
- Campanhas de vacinação
- Conselho Municipal de Saúde
- Pastoral da Criança
- Comitê Gestor do Fome Zero
- Programas: imunização, pré-natal, reidratação oral, hiperdia, prevenção de CA de cólon de útero

- Equipes do PSF, agentes comunitários de saúde e Programa de Saúde Bucal
- Equipes de vigilância sanitária e epidemiológica
- Secretarias de Saúde com SIAB

ESTRANGULAMENTOS SAÚDE

- Doenças endêmicas detectadas: diarreias, tuberculose, raiva, dengue, hipertensão, hanseníase e diabetes, DST/AIDS, câncer de cólon
- Unidades de saúde sem especialistas (pediatra, obstetra, dentistas, oftalmologista, auxiliar de enfermagem)
- Ambulâncias inadequadas
- Longas distâncias entre municípios e hospital de referência
- Abastecimento precário das farmácias básicas
- Saneamento básico apenas em Tamboril
- Água para consumo humano sem tratamento e hipoclorito repassado com atraso
- Hospitais sobrecarregados (os casos graves são encaminhados para Teresina)
- Equipamentos laboratoriais insuficientes
- Laboratórios sem condições adequadas para realização de análises clínicas
- Insuficiência de consultórios odontológicos públicos
- Ações do Executivo legitimadas pelo conselho sem questionamentos
- Insuficiência de equipes do PSF e agentes comunitários de saúde
- Animais soltos na zona urbana e lixo colocado às margens dos rios e nas laterais das rodovias
- Mercados públicos e matadouros em condições inadequadas
- Gestores de saúde nos municípios atuando sem compromisso
- Casas da zona rural de taipa/adobe

POTENCIALIDADES EDUCAÇÃO E CULTURA

- Educação infantil, ensino fundamental (séries 1^a à 8a) e ensino médio nas sedes e na zona rural, sendo 1.342 escolas nas redes municipal, estadual e privada
- EJA com 3.734 alunos

- Transporte escolar na maioria dos municípios
- 5.039 professores distribuídos entre as redes pública, municipal e estadual
- Universidades públicas (UESPI)
- Faculdades particulares
- Biblioteca municipal
- Professores com curso superior completo ou cursando
- Manifestações populares: bumba-meu-boi, reisado, dança de São Gonçalo
- 2 museus em funcionamento – em Campo Maior e em Crateús
- Escolas equipadas com TV, vídeo, antena parabólica e computador
- Brinquedotecas para crianças portadoras de deficiências
- Sindicatos dos servidores públicos municipais e Plano Municipal de Educação
- Conselhos gestores de recursos da merenda escolar do FUNDEF
- Atuação da APAE, do SESI, do SENAI e do SEBRAE
- Programas educacionais
- Convênios dos municípios com a UESPI e a UEC
- Capacitação para professores das redes estadual e municipal e 70% com curso superior completo

ESTRANGULAMENTOS EDUCAÇÃO E CULTURA

- Cerca de 50% das escolas da zona rural sem energia elétrica
- Salas de aula na zona urbana funcionando em casas alugadas
- Salas de aula na zona rural com turmas multisseriadas
- Média de evasão escolar em torno de 10%, em virtude da ocupação dos jovens na agricultura
- Livros didáticos e merenda escolar insuficientes para atender à demanda
- Transporte escolar realizado por veículos sem segurança e na maioria das vezes alugado de terceiros
- Pólos da UEC sem condições de funcionamento e com insuficiência de professores
- Acesso à informática e à Internet restrito a algumas escolas
- Poucas escolas com **kit** de TV e vídeo
- Quadro e giz usados na maioria das escolas como material didático-pedagógico

- Conselho de Educação pouco ativo
- APAE atuando em apenas 6 municípios, não atendendo à demanda
- Mau gerenciamento da merenda escolar e salas multisseriadas na zona rural
- Professores atuando como prestadores de serviços e com curso superior sem contexto vocacional
- Ausência de disciplinas enfocando educação ambiental
- PPP das escolas elaborados sem a participação destas
- Baixa capacitação dos empreendedores sociais

4.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

POTENCIALIDADES:

- Agricultura: Fazenda Experimental da Embrapa, Pequenos projetos de fruticultura irrigada, Horticultura (pequenas hortas) irrigada, com aproveitamento da água do rio Poti, Distribuição de mudas de cajueiro-anão precoce nos municípios, Áreas cultivadas com caju no Território, Cultivo de milho, feijão, arroz e mandioca, Principais subprodutos da mandioca – farinha e goma;
- Pecuária: Bovinos, Produção de leite, Suínos, Ovinos, caprinos, Criação extensiva da galinha caipira, Município de Campo Maior com grande produção de carne-de-sol, Apicultura em expansão.
- Extrativismo de carnaúba, tucum, buriti, madeira e
- Extração mineral: Produção de 2.254 t/ano de cera de carnaúba, Tucum, Carvão vegetal, Calcário, existência de argila para fabricação de telha, tijolos e artesanato, Extração de rochas ornamentais.
- Agroindústria: Agroindústrias artesanais de cajuína, Produção de queijo coalho, Produção de condimentos e doces, Máquinas de beneficiamento de arroz e milho, Produção de cachaça.
- Artesanato: Produção artesanal: renda, bordado, crochê, cestaria, couro e cerâmica.
- Indústria: Extração de calcário para produção de brita calcário e calcário agrícola, Indústria Santa Maria Ltda., que extrai e beneficia rochas ornamentais.

- Turismo: Atividades turísticas: festejos religiosos, ambiente ecológico, Grande Cânion em Castelo do Piauí/Juazeiro do Piauí e São João da Serra.
- Comércio e serviços: Crescimento dos setores de comércio e serviços nos municípios de médio porte em função do setor agropecuário, Comércio varejista diversificado no município de Campo Maior, Serviços de hospedagem e alimentação.

ESTRANGULAMENTO:

- Agricultura: Assistência técnica insuficiente e sem conhecimento específico para atender à demanda, Redução da produtividade do cajueiro comum em virtude da ausência de tratamentos culturais, Baixo aproveitamento do pedúnculo do caju, Redução da produtividade de feijão e milho de desgastes do solo, Frutos com baixa qualidade e pouco aproveitamento potencial frutífero, Produção de hortaliças insignificante.
- Pecuária: Resistência à vacinação dos rebanhos pela maioria pecuaristas, Baixo poder aquisitivo dos pecuaristas, o que dificulta o acesso às vacinas, Rebanhos suínos formados por animais rústicos criados soltos, inclusive em áreas urbanas, Ovinocaprinos na sua maioria criados extensivamente, animais de baixo padrão genético qualidade de carnes, couros e peles gerada abates realizados nas propriedades, Dificuldade de acesso dos produtores ao material genético melhorado em virtude dos preços altos sêmen, Estagnação do rebanho bovino de corte.
- Mão-de-obra pouco qualificada na extração da carnaúba, comprometendo o aproveitamento e a qualidade do produto extraído, Falta de recuperação das áreas dos carnaubais desmatados, Falta de recuperação de áreas utilizadas para extração de argila, Transporte de calcário dificultado por estradas ruins, Desmatamento para retirada de madeira, lenha e carvão, Cerâmicas artesanais com produção de baixa qualidade dificultando a comercialização.
- Agroindústria: Casas de farinha com estruturas rústicas com produção para autoconsumo e pequena parte para venda, Inexistência de unidades de beneficiamento da castanha de caju em escala empresarial, Desperdício de cerca de 40% do pseudofruto do caju.

- Artesanato: Escassez de recursos para participação dos artesãos em feiras, Produção de crochê pelos grupos familiares, Produção de artesanato pouco valorizada.
- Indústria: Pouca informação sobre a produção das indústrias de calçados, Produção de calçados vendida para outros centros consumidores; população local sem acesso à compra.
- Pesca artesanal predatória nos rios, barragens e açudes sem fiscalização e sem respeito ao período do defeso.
- Turismo: Oferta hoteleira insuficiente em quantidade e qualidade para atender à demanda, Convívio dos habitantes dos municípios e turistas com animais na zona urbana, Infra-estrutura deficiente para atender à demanda turística.
- Comércio e serviços: Abastecimento de produtos alimentícios e confecções feito por outros centros produtores, Fortalecimento do comércio no período de pagamento dos benefícios sociais, Dificuldade de acesso ao crédito para capital de giro do comércio em razão do seu alto custo financeiro.

4.5. Dimensão Político-Institucional.

POTENCIALIDADES:

- Atuação de ONG com educação para a fiscalização, presença de sindicatos e pólo sindical, ampliação da gestão social através do colegiado territorial, maior aproximação entre lideranças do poder público e da sociedade civil.

ESTRANGULAMENTOS:

- Decisões tomadas sem a participação popular; Gestão político-partidária; Impunidade da má gestão pública; Políticas inadequadas às necessidades da população; A gestão e a prestação das contas públicas não são transparentes; Oferta reduzida dos Programas Federais: atendimento de um público parcial; Má aplicação dos recursos públicos; temor dos conselheiros em contrariar os interesses do gestor público; Pouco compromisso dos representantes dos conselhos; Desvio dos objetivos definidos para os programas federais (PETI, PSF, Bolsa Renda/Escola etc); Pouco interesse dos conselheiros; Não há prática da gestão participativa; Pouca atuação política dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) na defesa dos direitos

dos seus associados; As organizações sociais não são reconhecidas pelo poder público; Os STR não estão conscientizados sobre as políticas sociais disponibilizadas para a população rural.

4.5. Eixos econômicos estratégicos⁴

- **Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura**

A ovinocaprinocultura no Estado, para a grande maioria dos criadores caracteriza-se como atividade de subsistência, apresentando uma cadeia produtiva desorganizada.

Atualmente, o desafio é a transformação da ovinocaprinocultura em atividade geradora de renda capaz de inserir os produtores no mercado, e para tanto é necessário definir um produto que possa contribuir para este processo de transformação. A carne produzida por esses animais apresenta elevada qualidade e aceitação tanto nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, portanto pode ser caracterizado como um produto que pode determinar esta mudança.

No processo de produção onde as fases de cria e terminação são realizadas dentro do sistema de produção integrado e sustentável desencadeará um processo de produção de carne de caprinos e ovinos que deverá provocar mudanças na ovinocaprinocultura no Território, onde os produtores deverão melhorar os manejos, sanitário, reprodutivo e alimentar de modo à obtenção de animais, no ponto de abate, com idade média de 9 meses e peso médio de 15 Kg por carcaça.

Estimulados pela possibilidade de ter um local para recebimento programado dos animais produzidos em sistema integrado onde, os produtores estarão assistidos e capacitados neste modelo sustentável apresentaremos um Plano de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura de forma integrada objetivando o incremento da produção de carne e peles com agregação de valor a este produto da agricultura familiar.

- **Desenvolvimento da Cajucultura**

⁴ Análise baseada na definição participativa dos eixos econômicos estratégicos e construção teórica da consultora Adriana Melo, hoje integrante do Núcleo Técnico.

O Nordeste brasileiro possui a maior área cultivada com caju do Brasil, sendo o Piauí um dos maiores produtores dessa fruta, ocupando o segundo lugar no “ranking” nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais de 10% dos estabelecimentos rurais piauienses cultivam o caju e mais de 90% são de agricultores familiares. Isso mostra a importância socioeconômica dessa atividade para o Território e para o Estado pela oportunidade de ocupação da mão-de-obra com obtenção de renda num período que coincide com a entressafra das culturas anuais de sequeiro. O desenvolvimento sustentável da cajucultura passa necessariamente por mudanças tecnológicas no sistema de produção que sejam capazes de proporcionar ganhos de produtividade e de qualidade do produto – castanha e pedúnculo. A castanha do caju é comercializada tanto em “in natura” como beneficiada, e o aproveitamento do pedúnculo do caju no processamento industrial ainda é uma atividade pouco desenvolvida no Território, sendo utilizada em pequena escala na fabricação artesanal da cajuína e de doces diversos. Dessa forma, apresentamos um Plano que tem como estratégia desencadear um novo processo de aproveitamento do caju na transformação em cajuína e doces junto aos agricultores familiares e agregação de valor com o beneficiamento da castanha.

- **Incremento à exploração racional da carnaúba.**

O Território é uma região multiopcional, sua economia não se restringe à agricultura e pecuária e seus derivados. No setor extrativista ganha peso a extração de cera de carnaúba. A carnaubeira, também conhecida como a árvore da vida, tem como característica sua multifuncionalidade, fornecendo madeira para construção civil e marcenaria, suas folhas são utilizadas na confecção de chapéu, capachos, vassouras, espanadores, esteiras, cestos (artesanato), mas seu principal produto é a cera, que depois de sofrer processo industrial é usada para fabricação de velas, ceras polidoras, vernizes, papel-carbono, isolante e impermeabilizantes.

- **Incremento da cultura de feijão**

Neste Território a população rural vive basicamente da agricultura, a partir de lavouras de sequeiro (milho, feijão) e pequenas criações de caprinos e ovinos. Parte da produção da agricultura é anualmente perdida com a seca, configurando-se um quadro de baixa produtividade e diminuição da renda familiar. O Território dos Carnaubais é

caracterizado pela produção de grãos, especialmente o feijão, tendo colhido uma área expressiva desta cultura. No Território, o município de São Miguel do Tapuío é o responsável por grande parte da produção. O assentamento Saco do Juazeiro, um dos grandes produtores de feijão, tem hoje toda sua produção escoada para o estado do Ceará. No entanto, a produção deste assentamento e dos demais municípios que fazem parte do Território é comercializada sem o beneficiamento (classificação e empacotamento - necessário para se agregar valor comercial ao produto) e preços irrisórios, o que tem deixado os agricultores familiares com uma renda bastante baixa.

Os agricultores familiares aproveitam os grãos apenas para o consumo direto. Entretanto, há uma perda muito grande da produção ainda no campo, devido principalmente à falta de beneficiamento e armazenamento da produção. O potencial existente é pouco aproveitado, haja vista, que simples tecnologias não chegam aos agricultores.

Considerando este contexto, a implantação de um plano de incremento da cultura feijão, constitui-se como um mecanismo que possibilitará dos agricultores familiares beneficiados com o projeto, terem acesso à tecnologia que permitirá agregar valor à produção familiar, levando-os a superar alguns entraves enfrentados no processo de comercialização da produção, garantir a segurança alimentar e melhorarem a renda familiar, quando da comercialização da produção beneficiada e a um preço justo.

- **Desenvolvimento da Apicultura**

A importância da Apicultura no Piauí é destaque nacional em função do seu grande potencial, revelado por uma alta produção, que o elenca entre os maiores produtores do país. Estamos, é certo, ainda no início de um processo de melhor estruturação da atividade, buscando imprimir um caráter empresarial, aos pequenos, associados ou não, visando a transformação geral do setor. As grandes áreas de mata nativa ainda inexplorada dão sustentação à apicultura em pequena escala, devido o alta produtividade reconhecida na região. A introdução desta atividade vai retirar o grande percentual de exploradores predatórios inserindo-os competitivamente no mercado.

- **Apoio ao desenvolvimento de atividades não agrícolas**

Os municípios pertencentes ao Território dos Carnaubais, principalmente, Castelo do Piauí, Juazeiro do Piauí, São Miguel do Tapuío, Assunção do Piauí e Buriti dos Montes

possuem diversos atrativos com potencial para o desenvolvimento do turismo, seja ele religioso, científico e arqueológico, rural, de aventura ou ecológico. Formações rochosas de beleza singular, lagoas, rios, cachoeiras e sítios de inscrições rupestres fazem parte destes atrativos, que no momento são destinos de poucos visitantes, na grande maioria, de origem do próprio Estado. O principal atrativos turísticos deste Território é: a Pedra de Castelo, que recebe na maioria das vezes pessoas simples da região. São agricultores que se dirigem a este monumento da natureza para fazerem peregrinações, romarias, vigílias, novenas e pagamento de promessas. Encontram-se diversos outros atrativos arqueológicos, naturais e geológicos, inclusive, a Cachoeira das Arraias de grande beleza; ainda no Município de Castelo do Piauí existem diversos atrativos arqueológicos, como os complexos dos Picos, na comunidade homônimos, com cerca de 20 famílias, com diversos sítios de inscrições rupestres, como o letreiro do Ninho do Urubu, a Pedra da Gameleira, a Pedra Furada dos Picos, a Pedra do Dinheiro e a Pedra das Letras dos Índios e também por onde o Rio Poty forma estreitas gargantas em forma de Canyon, e, ainda, as comunidades quilombolas com suas culturas e tradições, sociedade excluída das ações governamentais à margem das políticas sociais.

Estes atrativos reúnem condições concretas para contribuir com o desenvolvimento econômico e social da população deste Território, porém atualmente, a visitação aos seus atrativos se dá de maneira irregular e inexpressiva, por se encontrarem, na sua maioria, em áreas distantes dos grandes Centros Urbanos, de difícil acesso e desprovidos de infra-estrutura básica e turística, bem como de equipamentos e serviços de apoio, não promovendo, ainda, resultados palpáveis para seus habitantes.

Essas dificuldades, conferiram a um grande número dos atrativos evidenciados, um estado muito bom de conservação e os tornaram mais propícios ao desenvolvimento do turismo sustentável e de inclusão que acrescidos com os atrativos artesanais e a carência e simplicidade deste povo podem promover inclusão e desenvolvimento.. Para tanto, estes atrativos somente poderão ser divulgados e promovidos para a visitação turística, no momento em que estiverem oportunamente preparados e protegidos e os agentes locais adequadamente capacitados.

5. ÁREAS DE RELEVANTES INTERESSES COLETIVOS

QUESTÃO FUNDIÁRIA

- Criar conselho de desenvolvimento fundiário em cada município.
- Facilitar o acesso ao crédito nas áreas de assentamento.
- Realizar campanhas educativas para divulgar informações sobre o crédito fundiário, através das rádios comunitárias.
- Estabelecer uma parceria entre o INCRA e o INTERPI para resolver casos de desapropriação.
- O Instituto de Terras deve agilizar a legalização das terras junto aos cartórios nas comarcas.
- Reformular a política de crédito fundiário, atendendo as associações, diminuindo o número mínimo de pessoas exigidas.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

- Estimular a produção de sementes em pequenas comunidades de agricultores familiares.
- Disponibilizar as sementes em época apropriada e a custo subsidiado.
- Estimular a criação de cooperativas de crédito para agricultores familiares.
- Fazer um plano anual de recuperação, construção e manutenção de estradas para atender o período de maior escoamento da safra.
- Incentivo à implantação de técnica de melhoramento da colheita da palha e da qualidade do pó da carnaúba.
- Política de financiamento para aquisição de reprodutores e matrizes melhoradas, para criadores familiares, com a implantação de um plano de melhoria nutricional e sanitária.
- Incentivar as feiras regionais de pequenos criadores familiares.
- Fazer campanha de controle de verminose de pequenos animais e campanhas de vacinações das principais zoonoses.

- Implantação de um abatedouro e um curtume na região de campo maior.
- Criação de uma cooperativa de apicultores na região.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- A linha de ação de assistência técnica pública deve-se basear na agroecologia.
- Buscar parcerias com entidades governamentais e não governamentais para ampliar a assistência técnica, levando assistência técnica gratuita e de boa qualidade a todos os municípios da região.
- Reestruturar o EMATER realizando:
 - instalação de escritórios em cada município da Região;
 - capacitação nas áreas técnicas, gerenciais e administradores o quadro técnico;
 - renovação do quadro de pessoal;
 - proporcionar melhoria salarial dos servidores através dos planos de cargos e carreiras;
 - reequipar os escritórios com instrumentos de trabalho - pulverizador, pistlas, burdizzo, retroprojeto, vídeos educativos etc. Informatização dos escritórios com computadores e acesso à Internet;
 - renovação da frota de veículos e dotar os escritórios de material de expediente.

COMERCIALIZAÇÃO

- Organização dos produtores em grupos, associações e/ou cooperativas para melhor comercialização do produto.
- Implantar o sistema de equivalência produto para efeito de financiamento.
- Implantação, pelo Governo, da política de preços mínimos e o sistema “AGF e EGF”
- Construção de armazéns regionais para armazenar a produção esperando um melhor preço de venda.

- Melhorar a qualidade dos produtos, através da capacitação e acompanhamento dos produtos no processo produtivo.
- Propor parceria com o SEBRAE para capacitar os produtores na melhoria da apresentação dos seus produtos (embalagem).

INFRA-ESTRUTURA

ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO

- Estabelecer políticas de projetos de irrigação para agricultores familiares que vivem em torno de barragens pública.
- Edificação de pequenas barragens que favoreçam a perenização de rios da Região.
- Construção de pequenos açudes que favoreçam comunidades de agricultores e familiares.

ENERGIA ELÉTRICA

- Ampliação de redes de energia elétrica trifásica para as comunidades.
- Rebaixamento da energia de alta tensão para atender para atende as comunidades de agricultores familiares
- Transformar a energia monofásica em trifásica.
- Estabelecer políticas de projetos de irrigação para agricultores familiares que vivem em torno de barragens pública.

CAPACITAÇÃO DO PRODUTOR

- Realização de cursos de acordo com a demanda dos trabalhadores, tendo em vista os conhecimentos de sua realidade.
- Capacitação dos técnicos nas áreas de comunicação para melhor desempenho de suas funções de multiplicador.

- Implantação da Lei de Diretrizes e Bases no campo
- Implantação dos colégios agrícolas para educação formal e técnica dos agricultores.
- Implantação de cursos de agronomia e veterinária na UESPI de Campo Maior.
- Adaptação dos conteúdos programáticos voltados para a realidade dos agricultores.
- Criação dos programas de alfabetização dos trabalhadores numa parceria do Governo do Estado e municípios.
- Capacitação dos produtores rurais atendendo às suas necessidades.

6. PROJETOS PARA O TERRITÓRIO

OVINOCAPRINOCULTURA:

OBJETIVO: Incrementar a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no território com adoção de novas tecnologias

AÇÕES:

- Melhoria da genética do rebanho
- Garantia de assistência técnica ao produtor
- Incentivo à realização de feiras, exposições e eventos
- Incentivo ao consumo de carne e derivados
- Incentivo ao cooperativismo e ao associativismo dos produtores
- Construção do abatedouro em Campo Maior-PI, para absorção da produção do Território, atrelando a estrutura de cooperativa.

Resultados Esperados:

- Melhoria no emprego, na renda e na qualidade de vida dos produtores
- Fixação do homem no campo
- Aumento da taxa de desfrute de 10% para 20%
- Garantia de oferta de animais com melhores linhagens
- Redução da mortalidade de 15% para 5%
- Animais com maior ganho de peso/carcaça
- Atendimento de 100% dos projetos priorizados
- Aumento na arrecadação de impostos

- Maior circulação de divisas no Território

CAJUCULTURA:

OBJETIVO: Incentivar a produção de caju-anão precoce com aproveitamento do pseudofruto e da castanha

AÇÕES:

- Capacitação dos agricultores e dos técnicos para o cultivo e o manejo do cajueiro-anão precoce
- Introdução de clones de cajueiro-anão precoce no Território
- Introdução de novas tecnologias para agregação de valor ao pseudofruto e à castanha
- Contratação de assistência técnica para dar suporte à implantação das novas tecnologias
- Concretização de parcerias com agentes financeiros para garantia de crédito à cajucultura

Resultados Esperados:

- Aproveitamento da polpa (pseudofruto) e da castanha
- Fixação dos agricultores no campo
- Atração de investimentos internos e externos
- Maior circulação de divisas no Território
- Novas fontes de renda no Território
- Aumento da produção e da produtividade do caju.

APICULTURA:

OBJETIVO: Desenvolver os elos da cadeia produtiva da apicultura no território

AÇÕES:

- Capacitação de técnicos e produtores em tecnologias apropriadas em produção e manejo
- Introdução de colméias para produção de mel no Território
- Ampliação de linhas de crédito (custeio e investimento)
- Criação de redes de comercialização intra e interterritorial
- Garantia de assistência técnica regular e sistemática aos apicultores
- Criação de política de preço mínimo para o mel e seus produtos
- Incentivo ao associativismo e ao cooperativismo entre os apicultores

Resultados Esperados:

- Apicultores capacitados e produzindo produtos

apícolas de qualidade

- Aumento do consumo de mel pela população
- Maior circulação de divisas nos municípios do

Território

- Aumento da oferta de emprego e da renda
- Aumento da produtividade das colméias
- Uso do mel na merenda escolar

7. BIBLIOGRAFIA

MDA. *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial*. MDA/SDT, Brasília, 2004. mimeo.

_____. *Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. MDA/SDT/CONDRAF, Brasília, 2003.

_____. *Orientações para Prática no Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*. MDA/SDT, Brasília, 2004. mimeo.

CODEVASF. *Plano de desenvolvimento integrado da Bacia do Parnaíba – PLNAP: síntese executiva: Território dos Carnaubais*. Brasília – DF, 2006.

ANEXOS

Anexo 1: dados sobre a população

Municípios	Área (Km ²)	População Residente (hab.)			Índices Demográficos		
		Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	Índice de Urbanização (%)	Razão de Dependência (%)
Alto Longa	1.621,3	12.000	5.604	6.396	7,4	46,7	67,4
Assunção do Piauí	1.690,7	6.933	2.832	4.101	4,1	40,8	77,7
Boa Hora	335,7	5.170	1.023	4.147	15,4	19,8	74,6
Boqueirão do Piauí	281,2	5.567	1.877	3.690	19,8	33,7	72,7
Buriti dos Montes	2.652,1	7.284	1.845	5.439	2,7	25,3	77,1
Cabeceiras do Piauí	608,5	8.498	1.389	7.109	14,0	16,3	70,8
Campo Maior	1.699,4	43.126	31.928	11.198	25,4	74,0	56,7
Capitão de Campos	538,7	10.036	5.641	4.395	18,6	56,2	70,4
Castelo do Piauí	2.064,0	18.339	9.242	9.097	8,9	50,4	74,9
Cocal de Telha	322,1	4.248	2.234	2.014	13,2	52,6	66,0
Coivaras	506,7	3.507	875	2.632	6,9	25,0	65,0
Jatobá do Piauí	663,8	4.314	657	3.657	6,5	15,2	57,4
Juazeiro do Piauí	827,2	4.523	970	3.553	5,5	21,4	74,9
Nossa Senhora da Nazaré	356,3	3.865	1.082	2.783	10,8	28,0	59,6
Novo Santo Antonio	528,4	3.155	307	2.848	6,0	9,7	65,4
São João da Serra	962,2	6.675	3163	3512	6,9	47,4	65,9
São Miguel do Tapuio	5.220,5	18.808	6595	12213	3,6	35,1	70,7
Sigefredo Pacheco	982,1	9.046	2.306	6.740	9,2	25,5	65,9
a) Total do Território	21.861	175.094	79.570	95.524	8,0	45,4	-
b) Total do Estado	251.529	2.843.278	1.788.590	1.054.688	11,3	62,9	64,7
c) % de a/b	8,7	6,2	4,4	9,1	-	-	-

Fonte: Censo Demográfico, 2000

Anexo 2:
Índice de Desenvolvimento Humano

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Alto Longa	0,579	0,655	0,615	0,468
Assunção do Piauí	0,562	0,603	0,593	0,492
Boa Hora	0,536	0,577	0,446	0,536
Boqueirão do Piauí	0,566	0,655	0,617	0,426
Buriti dos Montes	0,560	0,616	0,609	0,455
Cabeceiras do Piauí	0,525	0,536	0,621	0,419
Campo Maior	0,676	0,706	0,750	0,570
Capitão de Campos	0,603	0,655	0,692	0,462
Castelo do Piauí	0,596	0,660	0,641	0,487
Cocal de Telha	0,597	0,684	0,632	0,475
Coivaras	0,587	0,658	0,652	0,452
Jatobá do Piauí	0,587	0,616	0,664	0,480
Juazeiro do Piauí	0,539	0,577	0,611	0,429
Nossa Senhora da Nazaré	0,594	0,616	0,708	0,458
Novo Santo Antonio	0,509	0,513	0,613	0,400
São João da Serra	0,549	0,577	0,622	0,447
São Miguel do Tapuio	0,540	0,577	0,594	0,448
Sigefredo Pacheco	0,582	0,655	0,657	0,433
Território	0,594	0,637	0,654	0,486
Estado	0,656	0,653	0,730	0,584
País	0,766	0,727	0,849	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

Anexo 3:
Domicílios em situação de pobreza

Municípios	Domicílios Totais (1)	Domicílios Pobres	
		Q (2)	% (2/1)
Alto Longa	2.951	2.030	68,8
Assunção do Piauí	1.470	870	59,2
Boa Hora	1.087	828	76,2
Boqueirão do Piauí	1.273	1.013	79,6
Buriti dos Montes	1.568	1.176	75,0
Cabeceiras do Piauí	185	1.434	775,1
Campo Maior	10.664	3.882	36,4
Capitão de Campos	2.368	1.184	50,0
Castelo do Piauí	4.190	1.940	46,3
Cocal de Telha	1.072	779	72,7
Coivaras	767	585	76,3
Jatobá do Piauí	1.042	756	72,6
Juazeiro do Piauí	960	696	72,5
Nossa Senhora da Nazaré	897	595	66,3
Novo Santo Antonio	721	602	83,5
São João da Serra	1.553	1.082	69,7
São Miguel do Tapuio	4.376	3.418	78,1
Sigefredo Pacheco	2.168	1.741	80,3
a) Território	39.312	24.611	62,6
b) Estado	665.808	298.282	44,8
c) % de a/b	5,9	8,3	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

* Saneamento inadequado e cujos responsáveis têm renda de até 1 SM/mês e frequentaram escola por menos de 4 anos.

Anexo 4:
Utilização da área por atividade econômica.

Categoria do trabalhador	Destinação da área					
	Território		Estado		SC	
	ha	%	ha	%	ha	%
1. Lavoura Temporária	125.096	12,1	1.934.849	20,0	2.166.376	32,8
2. Horticultura e produção de viveiro	17	0,0	3.491	0,0	37.380	0,6
3. Lavoura permanente	33.617	3,2	413.902	4,3	200.528	3,0
4. Pecuária	673.914	65,0	4.929.575	51,0	2.142.791	32,4
5. Produção mista	124.992	12,1	1.878.064	19,4	1.300.056	19,7
6. Silvicultura	68.579	6,6	452.287	4,7	746.421	11,3
7. Pesca e aquicultura	513	0,0	3.769	0,0	10.815	0,2
8. Carvão vegetal	9.363	0,9	44.034	0,5	8.479	0,1
Total	1.036.091	100,0	9.659.971	100,0	6.612.846	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996

Anexo 5:
Pessoal ocupado conforme categoria.

Categoria do trabalhador	Trabalhadores					
	Território		Estado		SC	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Responsáveis e familiares não remunerados	51.336	93,4	608.731	91,3	618.552	86,1
2. Empregados permanentes	763	1,4	13.494	2,0	42.504	5,9
3. Empregados temporários	1.825	3,3	33.062	5,0	46.959	6,5
4. Parceiros	199	0,4	3.585	0,5	5.016	0,7
5. Outra condição	825	1,5	7.593	1,1	5.436	0,8
a) Total de ocupados	54.948	100,0	666.465	100,0	718.462	100,0
b) Residentes nos estabelecimentos rurais	26.477	-	400.043	-	616.275	-
c) % de b/a	48,19	-	60,0	-	85,8	-

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996